

O contínuo rural-urbano como mediação cultural nos processos de recepção da televisão brasileira na fronteira Paraguai-Brasil¹

Roberta Brandalise²

Faculdade Cásper Líbero, Brasil, São Paulo, SP

Resumo:

Estudamos como a ruralidade medeia o modo como paraguaios e brasileiros se apropriam do discurso televisivo na fronteira Foz do Iguaçu-Ciudad del Este (Brasil-Paraguai). O estudo de caso se deu junto a uma amostra de dezoito fronteiriços sob a perspectiva dos Estudos Culturais Britânicos e Latino-Americanos e a partir do conceito de contínuo rural-urbano. Para os brasileiros, a mediação cultural relativa à ruralidade participa do jogo identitário articulando identidades rural-urbanas e tradicional-modernas. Para os paraguaios, tem a ver com a manutenção das tradições guaranis de cultivo da terra. E, quando o que está em jogo é a questão da posse de terras em solo paraguaio, ocorre o reforço das identidades nacionais entre os fronteiriços, a disputa de sentidos no campo simbólico e o distanciamento na sociabilidade inter-fronteiriça.

Palavras-chave: Comunicação; Ruralidade; Fronteiras; Paraguai; Brasil.

1.O contínuo rural-urbano como mediação cultural nos processos de recepção da televisão brasileira na fronteira Paraguai-Brasil

Na região de divisa entre o Paraguai e o Brasil, nas fronteiriças *Ciudad del Este* e Foz do Iguaçu, a televisão brasileira é consumida por paraguaios e brasileiros há cerca de quatro décadas. Por isso, procuramos conhecer como as representações construídas na televisão brasileira participam da construção das representações que os fronteiriços fazem uns sobre os outros. Observando, especialmente, como elas participam da articulação das

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista formada pela Universidade Federal de Santa Maria; mestre e doutora em Ciências da Comunicação formada pela Universidade de São Paulo. Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Comunicação na Faculdade Cásper Líbero. E-mail: betalise@terra.com.br

identidades culturais e das relações sociais que se desenvolvem entre paraguaios e brasileiros no cotidiano fronteiriço. Para tanto, identificamos como a realidade deles é representada na televisão, atentando para quais são as representações que eles consideram mais relevantes em seu cotidiano, e estudamos as apropriações e usos que paraguaios e brasileiros fazem das narrativas brasileiras que consomem.

Nesse percurso, destacou-se a relação dos entrevistados com o campo e a questão de disputas de terras entre paraguaios e brasileiros em solo paraguaio, evidenciando o contínuo rural-urbano como mediação cultural no processo de recepção da televisão brasileira. Constituímos a nossa estratégia teórico-metodológica a partir da orientação da Antropologia Cultural (Geertz, 2001) – realizando a descrição densa da realidade e a interpretação a partir do contexto: identificando as estruturas de significado em curso, sua base social e importância –, e dos Estudos Culturais Britânicos e Latino-Americanos (Hall, 1999; Martín-Barbero, 2001) – assumindo as identidades culturais como plurais e móveis e atentando para a realidade multimediada.

O *contínuo rural-urbano* constitui-se como categoria produtora de significados relevante nos processos de recepção da televisão brasileira na fronteira Paraguai-Brasil. Por isso, nos apropriamos de Robert Redfield (1949), Antônio Cândido (1998) e Raymond Williams (1989) para contextualizar como os aspectos relativos à ruralidade e à urbanidade que participam do modo de vida de nossa amostra foram úteis para estudarmos a diversidade de apropriações e usos que os entrevistados fizeram das representações televisivas que elegeram como relevantes em seu cotidiano.

Nos estudos sobre o rural e o urbano, destacamos o trabalho realizado por Redfield (1949) na península de Yucatán, no México. Ele estudou quatro comunidades justapostas espacialmente: uma “cidade” (Merida), uma “vila” (Dzitas), uma “povoação” (Cham Kom) e uma “aldeia tribal” (Tusik). De acordo com o que depreendemos, ele constatou que da cidade (Merida) à aldeia (Tusik) era possível perceber diferentes graus de diversificação cultural, mobilidade social, individualização, secularização e acesso aos meios de transporte e de comunicação participando do cotidiano das pessoas que viviam em cada uma dessas formações sociais. De modo que, a partir de seu estudo, ele entendeu que a cidade e o *folk* – ou o que é pertinente ao modo de vida urbano e o que é pertinente ao modo de vida rural – não poderiam ser entendidos como categorias absolutamente separadas porque elas existem apenas como tipos ideais. Sendo assim, ele aponta que é possível observar as transformações nos costumes e no modo de vida de uma formação social à outra, atentando

para o fato de que o que comumente é considerado característico do modo de vida rural e o que comumente é entendido como próprio do modo de vida urbano pode ser observado em curso numa mesma formação social, o que dificulta a classificação de uma ou de outra como rural ou urbana.

Com seus relevantes esforços, Redfield (1949) começou a delinear o conceito de *contínuo rural-urbano* – embora seja preciso nos apropriarmos criticamente de sua obra porque no contexto histórico em que ele realizou seu trabalho, o campo científico que ele integrou, mesmo sendo anterior às teorias funcionalistas e crítico de Durkheim, se refere a essas transformações nos costumes e no modo de vida das diferentes formações sociais em termos de “organização”, “desorganização” e “reorganização” da cultura, o que consequentemente leva a uma abordagem das comunidades ainda como sistemas isolados e nesse aspecto não é congruente com nossa abordagem. Apesar disso, é necessário apontarmos ainda que na orientação teórico-metodológica da Escola de Chicago, fundada principalmente nos trabalhos de William Thomas e Florian Znaniecki (*The Polish Peasant* e sua *Nota Metodológica*, 1918-1920) e Robert Park (*The City*, 1915), e em boa medida representada no trabalho de Redfield, encontramos algumas preocupações semelhantes às dos Estudos Culturais Britânicos (Williams, 1989) e às da Antropologia e Sociologia (Antônio Cândido, 1998), especialmente relevantes para o campo da Comunicação e para este estudo.

Consideramos que é no Brasil, a partir da apropriação dos estudos da Escola de Chicago (inclusive os de Redfield que destacamos), entre outros, que vamos encontrar a concretização de pesquisas que abordam o rural e o urbano com base num conceito já mais elaborado de *contínuo rural-urbano*. Nesse sentido, destacamos o trabalho de Antônio Cândido (1998) em Bofete, uma cidade do interior do estado de São Paulo. Cândido (1998) trabalha com diferentes gerações nessa mesma formação social e, assim, ele incorpora a historicidade ao seu trabalho, recuperando a memória da comunidade. Ao fazer isso, ele identifica tanto as transformações nos costumes e no modo de vida que se configuraram em Bofete (de uma geração a outra), quanto a preservação de características que comumente são atribuídas ao modo de vida rural (e que ainda são cultivadas em boa medida pelas novas gerações que vivem na cidade).

Com isso, apontamos que Cândido (1998) estuda o *contínuo rural-urbano* na linha do tempo em uma mesma formação social, enquanto Redfield (1949) estuda o *contínuo rural-urbano* que se configura entre diferentes formações sociais que estão justapostas no

espaço. Ambas as perspectivas foram relevantes nessa pesquisa porque os conceitos espacial e temporal de *contínuo rural-urbano* se fizeram úteis ao identificarmos como aspectos comumente associados à ruralidade e à urbanidade participam do cotidiano de nossa amostra e configuraram-se em categorias produtoras de significados nas apropriações e usos que os entrevistados fazem das narrativas televisivas brasileiras que consomem.

Nesse sentido, também foi relevante o trabalho de Raymond Williams (1989), que estudou as representações do campo e da cidade na literatura. Ele constatou que, enquanto na literatura inglesa o campo e a cidade dificilmente são retratados de modo separado, na literatura de outros países, com frequência, essas categorias são apresentadas dissociadas e ainda como a antítese uma da outra. Ele identifica ainda que, em qualquer caso, as representações literárias do campo e da cidade estão vinculadas a ideologias. Assim como, tal qual compreendemos, preponderantemente ocorre com as representações construídas nos meios de comunicação de massa acerca das diferentes etnias, nações, regiões, (etc.).

Williams (1989) atenta para o fato de que nessas representações literárias em que o rural e o urbano são retratados como categorias opostas, o rural, por exemplo, geralmente aparece como um espaço ausente de conflitos e ainda associado à paz, ao descanso e à fartura, em oposição ao que caracteriza o modo de vida urbano. Diante dessa constatação, entre outras, Williams (1989) se posiciona criticamente em relação a esse tipo de representação. Além disso, ele estuda a forma como os autores representam o trabalhador do campo e da cidade, trazendo à tona os possíveis contrastes entre a representação literária e a representação que os próprios trabalhadores camponeses e cidadãos construiriam sobre si mesmos. Assim, tal como Redfield (1949) e Cândido (1998), Williams (1989) colabora para que observemos o rural e o urbano não no âmbito dos tipos ideais e sim no das inter-relações dinâmicas que participam da complexidade social e da heterogeneidade cultural fronteiriça.

2.O jogo identitário a partir das representações relativas ao contínuo rural-urbano na fronteira Paraguai-Brasil

Realizamos uma pesquisa qualitativa (Lopes, 2002), nos moldes de um estudo de caso (Yin, 2010), fazendo uso de entrevistas semi-estruturadas (Thiollent, 1980), entrevistadas abertas mediadas (modelo elaborado a partir da proposta de Collier, 1973) e observação participante (Haguete, 1992).

Nossos dados foram construídos com a colaboração de uma amostra formada por dezoito fronteirços que consomem a televisão brasileira. Nove brasileiros residentes em Foz do Iguaçu (cinco mulheres e quatro homens, com as idades variando entre 19 e 72 anos) e nove paraguaios residentes em *Ciudad del Este* (quatro mulheres e cinco homens, com idades variando de 21 a 79 anos).

A fim de identificar as diversas matrizes de significados que participam dos processos identitários na fronteira, perguntamos aos integrantes da nossa amostra se eles têm alguma ligação com o meio rural no cotidiano ou se tiveram ao longo de suas trajetórias. Atentamos para como os entrevistados caracterizaram o que isso significa para eles. Em seguida, perguntamos como é a representação da ruralidade na televisão.

Nossos entrevistados paraguaios e brasileiros já viveram no campo ou são filhos e netos de camponeses. Portanto, o contínuo rural-urbano (Redfield, 1949; Cândido, 1998), no caso de nossa amostra, ocorre principalmente na linha do tempo, na história de vida de alguns e na história familiar de todos. As evidentes relações com o campo fazem parte da esfera cotidiana ou da memória de nossos entrevistados, bem como da história do Paraguai e do Brasil. No caso do Paraguai, conforme Laino (1979), o país tem um poderoso movimento camponês. Já no século XVI, os guaranis praticavam o cultivo da mandioca, da abóbora, da batata e do milho. Os guaranis colaboraram com os espanhóis na conquista do Chaco, onde habitavam os *guaycurus* e os *payaguás*, – estes últimos eram caçadores e pescadores nômades que comumente assaltavam as plantações guaranis. Em campo, tivemos a oportunidade de observar um de nossos entrevistados brasileiros se referindo ao Paraguai como “o país da mandioca” (Davi, 38).

De acordo com Laino (1979), os espanhóis estabeleceram-se em 1537 num povoado que hoje é a capital do Paraguai, Assunção, mas que durante um século foi a capital da

Província do Rio da Prata. Porém, as atenções dos espanhóis logo voltaram-se para a atual Argentina e o atual Uruguai, onde o modo de produção latifundiária predominou. Enquanto isso, os jesuítas organizaram um sistema de missões no Paraguai, no qual os indígenas seguiam cultivando a terra comunitariamente, esse modo de produção foi denominado *comunera*. A iniciativa acabou não agradando os oligarcas locais e resultou na expulsão dos jesuítas, em 1767.

Ainda de acordo com o autor, em meados de 1811, depois da liberação do comércio de erva-mate e tabaco, pequenos e médios proprietários rebelaram-se, combateram a oligarquia de Assunção e o Paraguai começou a se desenvolver com o investimento público, isolado das influências britânicas que foram determinantes na configuração da Argentina e do Uruguai. A consequência disso foi a transformação do país numa economia muito forte, em função do controle estatal sobre a produção de erva-mate, a extração de madeira e a construção das primeiras ferrovias, telégrafos e fundições da América do Sul.

Em 1865 formou-se, com o financiamento do banco inglês Baring Brothers, a Tríplice Aliança (Brasil, Uruguai e Argentina). Alegando a necessidade de proteger suas fronteiras dos avanços paraguaios, a Tríplice Aliança desencadeou uma guerra genocida no país. A Guerra do Paraguai ou a Guerra da Tríplice Aliança foi o maior conflito da América do Sul, nela morreram 75,75% dos paraguaios, sendo 99,5% dos homens adultos do Paraguai. Parte do território paraguaio foi anexado pela Argentina, muitas outras terras foram vendidas para estrangeiros e as aldeias foram destruídas. A indústria do país entrou em decadência e o mercado paraguaio foi aberto para os produtos ingleses; além disso, o país contraiu o seu primeiro empréstimo no exterior, um milhão de libras da Inglaterra.

O passado de bem-sucedida autogestão do povo paraguaio, fundada no cultivo coletivo da terra – que parece alimentar a identidade nacional e responder pela preservação da identidade étnica –, é motivo de orgulho de nossos entrevistados paraguaios. Porém, eles apontam que a realidade rural do país mudou muito com a presença estrangeira. O universo rural paraguaio foi transformado em um “espaço de luta” (Lúcia, 45), por causa dessa presença. E muitos desses estrangeiros são brasileiros – um dos entrevistados nos conta que por isso muitos paraguaios que ainda vivem no campo se referem aos brasileiros como “imperialistas brasileiros” (Gonzalo, 38).

Durante o período da ditadura no Paraguai, principalmente na década de 70, o governo paraguaio viabilizou o avanço de brasileiros em território paraguaio, permitindo a aquisição, por eles, de latifúndios para fins de exploração agropecuária. Isso é motivo de

crítica dos paraguaios em relação ao seu próprio governo, mas também causa ressentimento em relação aos “irmãos latinos” (Juán Carlos, 79). Os paraguaios consideram que o seu povo “nunca mais teve sossego” (Lúcia, 45) e ainda hoje tem que lutar pelo direito à terra. A história mostra que o uso do modo de produção latifundiária levou à desigualdade social para vários povos, como por exemplo no próprio caso do Brasil. Para os paraguaios não é diferente, com o agravante de que, conforme a cultura guarani, ainda bastante forte na formação da identidade do povo paraguaio, o cultivo da terra parece mais próximo do sentido de atividade coletiva para o benefício de todos, o que acentua a resistência em relação à exploração privada da terra para o benefício de poucos, ou ao modo de produção latifundiária. Isso fica evidente quando uma das entrevistadas paraguaias diz “a terra sempre foi para todos, pro bem de todos, desde as aldeias, daí as cooperativas, mesmo os pequenos colaboram uns com os outros, agora isso aí já é outra coisa, não estão fazendo isso para matar a fome e o povo ter do que viver” (Lúcia, 45).

De acordo com o Instituto del Tercer Mundo (1999), que é sediado no Uruguai e coordena uma rede internacional de pesquisadores, editores e entidades civis, durante a ditadura do general Alfredo Strossner, que durou de 1954 a 1989, ocorreram inúmeros assassinatos de camponeses no Paraguai. Nessa época, os paraguaios reagiram criando a Assembléia Permanente dos Camponeses Sem Terra (APTC) e a Coordenação das Mulheres Camponesas. Depois das eleições de 1989, com o fim da ditadura – o que viabilizou a entrada do capital estrangeiro no Paraguai –, as transnacionais começaram a investir nas monoculturas de soja e algodão no país. Atualmente, 2% das propriedades rurais do país ocupam 85% das terras paraguaias, com a maior parte das empresas e colonos estrangeiros se concentrando na faixa territorial de fronteira com o Brasil, onde fala-se o português e a moeda brasileira é de curso corrente. Cerca de 400 mil brasileiros estão assentados nos departamentos fronteiriços. Além disso, os projetos de desenvolvimento rural apoiados pelo Banco Mundial (em Caazapa e Caaguazu) geram polêmica por preverem a transformação de terras indígenas do leste paraguaio em áreas de pecuária.

As questões rurais enfrentadas pelos paraguaios medeiam as decisões que eles tomam no plano político. Os conflitos rurais geram desconfiança da população em relação à classe dirigente do país, e seus acordos com o capital estrangeiro são vistos como uma “traição” (José, 56; Lurdes, 52; Gonzalo, 38) à identidade nacional fundada nas raízes guaranis baseadas no cultivo da terra. Os entrevistados paraguaios nos levaram a entender, também, que o fato de a Igreja Católica ter se pronunciado de modo veemente contra os

abusos cometidos em relação aos agricultores colaborou para que ela fosse vista como uma instituição que procura preservar a identidade nacional, constatada também na sua antiga relação com os povos indígenas locais, os primeiros agricultores que o solo paraguaio conheceu. Sem dúvida, é uma instituição que ainda exerce grande influência nos processos culturais e sociais do Paraguai.

No caso dos brasileiros que vivem no oeste do Paraná, o campo não está necessariamente ligado a conflitos em torno da posse da terra. Para quatro de nossos entrevistados que já viveram lá, a vida rural está relacionada à memória de um passado “sofrido” (Davi, 38; Carmem, 47; João Paulo, 51; e Estela, 72), por causa da natureza do trabalho braçal. Os entrevistados contam que quando começou a ocorrer a mecanização do trabalho no campo, as dificuldades continuaram porque era preciso ter muito capital para comprar ou alugar as máquinas e manter-se competitivo no mercado de grãos. A passagem pelo processo de mecanização gerou dívidas – principalmente com financiamentos bancários – e levou muitos produtores rurais a perderem suas terras; e os que sobreviveram à transição passaram por muitas dificuldades econômicas.

Mas a memória da vida no campo, para os entrevistados brasileiros, também está associada à ideia de “família reunida” (Davi, 38; Carmem, 47; João Paulo, 51; e Estela, 72). O trabalho, as refeições e as atividades de lazer, tais como a pesca (João Paulo, 51), eram coletivas; assim como “fazer chimia” (Estela, 72) – trata-se de uma geléia, o termo é um derivado coloquial da palavra alemã *schmier* –, realizar as “cantorias” (Davi, 38) e o “serão para prosear” (Davi, 38) – quando se ficava “acordado até mais tarde para conversar com os vizinhos” (Davi, 38). Essas atividades ocorriam com a participação da “família toda” (Davi, 38; Carmem, 47; João Paulo, 51; e Estela, 72) e isso não se perdeu, mas foi muito limitada com a mudança para a cidade – as moradias, o trabalho e a renda foram separadas e seus horários já não coincidem mais.

Os entrevistados brasileiros contam que na televisão aberta as representações da vida no campo aparecem no Globo Rural, mas o que mais tem espaço nos programas jornalísticos são os conflitos e crimes relacionados à posse da terra e, de modo mais ocasional, aparecem notícias a respeito de preços agrícolas e supersafras. No entanto, o modo como isso tudo afeta o cotidiano de quem vive do cultivo da terra é pouco explorado. Os brasileiros apontam também que, principalmente em novelas de época, mostra-se um retrato da vida no campo, porém muitas vezes de forma caricatural.

Os entrevistados paraguaios relatam que as televisões dos dois países retratam os conflitos de posse da terra entre brasileiros e paraguaios. Ressaltam que há muitos brasileiros donos de grandes áreas de terra no Paraguai, enquanto muitos paraguaios têm que se juntar “aos movimentos de sem-terra” (Juán Carlos, 79; José, 56). Sublinham que a televisão brasileira mostra esses conflitos – isso quando o assunto tem espaço na programação – apenas sob o ponto de vista brasileiro, o que trata-se de uma “injustiça” (José, 56; Lurdes, 52; Gonzalo, 38; Juán Carlos, 79; Lúcia, 45).

Os entrevistados paraguaios ressentem-se da representação da televisão brasileira acerca desse problema em torno da posse de terras e questionam o fato de os camponeses paraguaios serem denominados “invasores” (José, 56; Lurdes, 52), uma vez que as terras que constituem as propriedades de brasileiros são, de fato, terras paraguaias. Para alguns paraguaios, quem “invadiu” (Lúcia, 45; Gonzalo, 38) o território deles e começou a dominar as áreas rurais foram os brasileiros. Os entrevistados ainda comentam que o avanço de brasileiros sobre o território paraguaio ocorreu com a colaboração “entreguista” (Juán Carlos, 79; José, 56) do governo ditatorial de Alfredo Stroessner.

Conforme as colaborações de nossa amostra, procuramos as representações televisivas que envolvem o meio rural. Enquanto estivemos em campo, destacaram-se duas reportagens da Rede Globo, uma do canal aberto, a Globo, intitulada “Brasileiros que possuem terras no Paraguai se armam contra sem-terra” (Bom Dia Brasil, 1’33”) e outra do canal fechado da mesma emissora, Globonews, nomeada como “Propriedades brasileiras são ameaçadas de invasão no Paraguai” (Em Cima da Hora, 1’16”), ambas do dia 29/5/2008, encontradas no então site *Globo.com*.

A chamada da matéria do jornal Em Cima da Hora dizia que “O clima é tenso para os donos de terras na região. Fazendeiros estão se armando para proteger as propriedades dos sem-terra paraguaios. A ordem é abrir fogo contra possíveis invasores”; e a do jornal Bom Dia Brasil afirmava que “Os brasileiros que possuem propriedades rurais no país vizinho tentam se proteger contra os campesinos. Mais de 20 fazendas foram invadidas nas últimas duas semanas”.

De acordo com a formação discursiva da narrativa existe uma “ameaça” que tem deixado o “clima tenso” entre brasileiros e paraguaios. O que está “sob ameaça” é a propriedade privada, o que pode acontecer é a “invasão” delas ou elas podem ser “invadidas”. De acordo com a construção da narrativa, nesse cenário quem está sob “tensão” ou “ameaça” são brasileiros proprietários de terra em solo paraguaio e os

responsáveis por essa “ameaça” são os “sem-terra paraguaios” ou os “campesinos” ou os “invasores”. Ainda conforme a construção da narrativa, diante desse cenário os brasileiros “tentam se proteger”, ou estão “se armando para proteger” ou “se armam contra”.

A narrativa não problematiza o fato de as terras paraguaias terem ido parar nas mãos de brasileiros, nem releva o contexto em que isso aconteceu. Não explorar esse contexto significa não apresentar ou considerar o ponto de vista do outro, do paraguaio em relação a tal cenário e, conforme as entrevistas que realizamos e mantendo-se a fidelidade histórica, é o de um povo que se sente expropriado de suas próprias terras. Também notamos que na narrativa a atitude dos brasileiros de se armarem é justificada como uma forma de proteção. Porém, o texto nos informa que as propriedades é que estavam em risco e não as vidas de brasileiros. Diante disso, entendemos que os brasileiros se armaram para protegê-las e não a si mesmos. Só que ao fazerem isso, as vidas dos paraguaios que estavam questionando a posse delas é que, por fim, correram perigo.

Compreendemos que as representações construídas a partir das relações dos entrevistados com a ruralidade na fronteira participam do jogo identitário da forma apresentada a seguir. Os brasileiros utilizaram a memória da vivência no campo para distinguir o modo de vida rural do da urbana, sem no entanto considerar um deles superior ao outro. Apenas estabeleceram relações de identidade e diferença, por exemplo quando especificaram que na vida do campo era mais fácil reunir a família, sem todavia esquecer que ela também era mais sofrida, se comparada com a que ocorre na cidade. Os brasileiros ainda se identificam com a vida no campo e tentam preservar, em algum nível, aspectos daquela vivência. Portanto, compreendemos que há simultaneamente a identificação com o rural e com o urbano, estando a identidade observada segundo essa dimensão localizada no contínuo rural-urbano. Os brasileiros também nos remetem ao jogo identitário que experimentaram quando ainda moravam no campo, o mesmo a que se referem muitos camponeses que lá ainda vivem. Houve uma época em que eles tiveram que se situar entre a tradição e a modernidade, em função das mudanças no modo de cultivo da terra, decorrente da mecanização. Isto evidencia que, apesar de utilizarem referências distintivas claras sobre o que acreditam pertencer ao universo simbólico rural ou urbano, eles mesmos entendem que o próprio modo de vida rural de que falam não é estático, bem como não o é o urbano. Então, para os brasileiros, o universo simbólico relativo à ruralidade participa do jogo identitário articulando identidades rural-urbanas e tradicional-modernas. O uso do hífen enfatiza o sentido de continuidade, uma vez que essas identidades não estão localizadas

entre esses dois universos, nem estão misturadas ou *híbridas*. Estar *entre* pode significar que a identidade avança entre representações estáticas, bem como dizer que estão misturadas ou que são *híbridas* pode implicar que o processo acabou ou que estabeleceu-se um consenso, quando ao contrário entendemos que a formação de identidades constitui um processo contínuo.

Já para os paraguaios o universo simbólico relativo à ruralidade tem a ver com a manutenção das tradições guaranis de cultivo da terra e aciona a identidade nacional, uma vez que a vida no campo representa um espaço de luta contra os estrangeiros ali estabelecidos. A interferência estrangeira mais recente no meio rural paraguaio é exercida por brasileiros. E é por isso que eles podem ser representados pelos paraguaios como “imperialistas”, aqueles contra quem é preciso proteger-se para não subsumir, o que determina o acionamento da identidade nacional. Nesse sentido, para os paraguaios a ruralidade constitui um universo simbólico que configura um afastamento em relação aos brasileiros, havendo a necessidade de se sublinhar os limites. Porém, também é possível perceber a identificação de paraguaios em relação aos brasileiros, uma vez que estes também podem representar para aqueles os “irmãos latinos” – nesse caso, é a solidariedade latina que alimenta o uso do termo. Revela-se aqui a ambivalência dos processos identitários, uma vez que ao mesmo tempo que os paraguaios se identificam com os brasileiros em termos de latinidade, eles estabelecem diferenças e distância simbólica em termos de nacionalidade, quando o que está em jogo é a questão da posse de terra.

Este contexto das relações que os entrevistados que vivem nas cidades fronteiriças estabelecem com a ruralidade medeia o modo como paraguaios e brasileiros se apropriam do discurso televisivo. Os brasileiros de nossa amostra mencionam as disputas em torno da posse da terra, mas não necessariamente em relação aos paraguaios – já estes têm bem claro o conflito com seus “irmãos latinos”. Os brasileiros não utilizam essa representação televisiva porque não se sentem ameaçados pelos paraguaios; suas preocupações giram em torno de outros aspectos como a mecanização da produção agrícola e as relações entre o rural e o urbano. Já os paraguaios apropriam-se da representação televisiva em torno da questão das disputas de terras para posicionarem-se em relação ao ponto de vista brasileiro. Eles utilizam o discurso televisivo porque se sentem ameaçados pelos brasileiros dentro de seu próprio território e, dessa forma, a televisão acaba participando do jogo entre as identidades culturais naquele contexto.

4. Referências

- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1998.
- COLLIER JR., J. 1973. *Antropologia Visual: a fotografia como técnica de pesquisa antropológica*. São Paulo, EDUSP, 153 p.
- GEERTZ, C. 1978. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 323 p.
- HAGUETE, T.M.F. 1992. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis, Vozes, 224 p.
- HALL, S. 1999. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 102 p.
- INSTITUTO DEL TERCER MUNDO. **Enciclopédia do Mundo Contemporâneo**. São Paulo: Terceiro Milênio e PubliFolha, 1999.
- LAINO, D. **Paraguai: fronteiras e penetração brasileira**. São Paulo: Global, 1979.
- LOPES, M.I.V. 2002. *Pesquisa em Comunicação*. São Paulo, Loyola, 171 p.
- MARTÍN-BARBERO, J. 2001. *Dos Meios às Mediações. Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro, UFRJ, 361 p.
- REDFIELD, R. **Civilização E Cultura de Folk**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1949.
- THIOLLENT, M. 1980. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo, Pólis, 270 p.
- WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- YIN, R.K. 2010. *Estudo de Caso – Planejamento e Métodos*. Porto Alegre, Bookman, 212 p.